

P45 - PLANO BÁSICO AMBIENTAL INDÍGENA

UHE TELES PIRES

Relatório Semestral

Fase de Operação da UHE Teles Pires

Janeiro a Junho de 2015

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PBA			
EQUIPE DE COORDENADORES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
Alysson Cassio Miranda	Gerente Socioambiental	5730989	
Arthur Teixeira Loiola	CREA – RN 120998664-7	6081079	
Vitor José Oliveira Carvalho	COREN – MT 258821	5463606	
Jesulino Alves da Rocha Filho	CREA MT 120658139-5	2097650	
João Rodrigo Cabeza	CRbio – 86001/01-D	5383263	
Marcileny Augusta de Oliveira Miranda	CREDI III - 551	6000276	
Bruno Rosa	CREA SP 5063239046	6081144	

Julho - 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 HISTÓRICO	2
2. Descrição de atividades realizadas no período	7
2.1 Programa de Gestão do Plano Básico Ambiental Indígena.....	7
2.2 Programa de Interação e Comunicação Social Indígena.....	11
2.3 Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água	13
2.4 Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena	15
2.5 Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico Indígena.....	17
2.6 Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias.....	19
2.7 Programa de Monitoramento das Terras Indígenas	19
2.8 Programa de Educação Ambiental Indígena	20
2.9 Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas.....	22
2.10 Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento	25
2.11 Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros	25
2.12 Programa de Apoio às Roças Tradicionais	29
2.13 Programa de Valorização Cultural.....	31
2.14 Programa de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas.....	33
2.15 Programa de Mitigação e Compensação da Ictiofauna	34
2.16 Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência em Caso de Ruptura da Barragem da UHE Teles Pires.....	34
2.17 Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde Indígena.....	34
3 Discussão de Resultados	36
4 Apresentação de Justificativas.....	37
5 Programação para o Período Seguinte	39

LISTA DE SIGLAS

CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PBAI – Plano Básico Ambiental Indígena

ECI – Estudo do Componente Indígena

TI – Terra Indígena

UHE – Usina Hidrelétrica

PBA – Plano Básico Ambiental

CGMT – Coordenação Geral de Monitoramento Territorial

DPDS – Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

CGGAM – Coordenação Geral de Gestão Ambiental

COLIC – Coordenação de Licenciamento Ambiental

COEP - Coordenação do Componente Indígena de Energia, Petróleo e Gás

CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPNO – Empresa de Projetos Navais e Oceânicos

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

GAIA - Grupo de Aplicação Interdisciplinar a Aprendizagem

1. INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica Teles Pires está sendo construída no Rio Teles Pires, nas divisas dos estados do Mato Grosso e Pará. Terá capacidade instalada de 1820MW, sendo a maior usina do Complexo Teles Pires. O leilão foi realizado em 2010 e a primeira unidade de geração entrará em funcionamento no início 2015. A UHE atinge os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e a energia a ser gerada faz parte do esforço de expansão da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional para atender à crescente demanda por energia elétrica do mercado consumidor.

Devido à proximidade do empreendimento com as Terras Indígenas Kayabi e Apiaká do Pontal e Isolados, distante aproximadamente 30 quilômetros e a 95 quilômetros da Terra Indígena Munduruku, considerando o impacto que poderá gerar aos povos que ocupam tradicionalmente a região, foi exigido pela Funai a elaboração do Plano Básico Ambiental Indígena, que conta com ações de monitoramento, mitigação e compensação ambiental.

O povo Kayabi formado por uma população de 243 indígenas vivem em 07 aldeias (São Benedito, Coelho, Tucumã, Dinossauro, Kururuzinho, Minhocuçu e Barro Vermelho) que estão distribuídas as margens do Rio São Benedito e Rio Teles Pires. A sustentação alimentar tradicional desse povo é a pesca, caça e o cultivo das roças.

Os povos Apiaká viviam originalmente na bacia do rio Tapajós, entrando em contato com elementos não indígenas, principalmente a partir de meados do século XIX, com a intensificação da exploração da borracha. Recrutados como mão-de-obra para os seringais, ficando longos períodos fora das aldeias, os Apiaká foram se espalhando por toda a região da seringa e começaram a se casar com imigrantes nordestinos, negros e índios de outras etnias, enfraquecendo assim sua unidade política, o que os levou ao abandono paulatino de sua língua, costumes e tradições (EPE, 2010). Atualmente temos 184 indígenas Apiaká morando as margens do Rio Teles Pires, sendo que a maioria desta população reside na Aldeia Mayrowi.

O Povo Munduruku representa um contingente bem mais expressivo, a população do baixo Teles Pires está distribuída em 06 aldeias (Posto Velho, Teles Pires, Caroçal, Papagaio, Bom Futuro e Vista Alegre) e somam aproximadamente 700 indígenas.

Para acompanhar as ações do PBAI foi criada a Coordenação dos Programas Indígenas que está inserida na Gerência Socioambiental, pertencente à Diretoria de Meio Ambiente da Companhia Hidrelétrica Teles Pires.

1.1 HISTÓRICO

No processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires – UHE Teles Pires o componente indígena vem sendo fiscalizado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O Ofício nº. 521/2010/PRES-FUNAI-MJ de 10 de dezembro de 2010, emitido para subsidiar a Licença Prévia recomendou a realização de estudos complementares do Componente Indígena, detalhando uma série de aspectos do diagnóstico de maneira a subsidiar a subsequente elaboração do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena-PBAI.

A realização destes estudos complementares foi realizada pela equipe da consultoria JGP Consultoria e Participações Ltda, a partir de Plano de Trabalho protocolado na FUNAI em janeiro de 2011. A aprovação do Plano de Trabalho e autorização para o início dos trabalhos junto às comunidades indígenas Kayabi e Apiaká foi emitida em 25 de maio de 2011 (Ofício No. 489/2011/DPDS – FUNAI – MJ).

Em 21 de julho de 2011 o estudo *Reformulação de Estudo do Componente Indígena – relatório final*, contendo os resultados do estudo e o escopo básico dos programas do Plano Básico Ambiental Indígena/PBAI deste empreendimento foi protocolado na Coordenação Geral de Gestão Ambiental/CGGAM na FUNAI/Brasília.

Em 28 de julho de 2011 foi realizada uma reunião na FUNAI/Brasília entre equipe FUNAI responsável pelo licenciamento deste empreendimento e representantes do empreendedor, CHTP, e com a equipe técnica JGP para apresentação dos resultados do estudo *Reformulação do Estudo do Componente Indígena – ECI – relatório final* da UHE Teles Pires.

Após apresentação à FUNAI, os resultados do Estudo do Componente Indígena foram apresentados aos representantes dos grupos indígenas Kayabi e Munduruku em reunião realizada na aldeia Kururuzinho (TI Kayabi) nos dias 11, 12, 13 de agosto de 2011 na qual estavam presentes, além dos índios, representantes da CHTP, IPHAN, FUNAI e a equipe técnica responsável pelos estudos.

Em 12 de agosto de 2011 a FUNAI emite Ofício nº 785/2011/DPDS-FUNAI-MJ no qual se manifesta pelo prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, condicionada à ampliação do escopo dos programas propostos no ECI para o PBAI e a incorporação dos novos programas: Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas; Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento; Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros; Programa de Educação Ambiental Indígena.

Em 15 de agosto de 2011, a FUNAI emite o documento Informação Técnica nº 470/COLIC/CGGAM/11 no qual consta a análise técnica do documento *Reformulação de Estudo do Componente Indígena – relatório final*.

É emitida a Licença de Instalação nº. 818/2011 pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011.

Em 18 de novembro de 2011 foi realizada reunião na FUNAI/Brasília entre a equipe técnica da FUNAI responsável pelo processo de licenciamento do empreendimento UHE Teles Pires e representantes da CHTP e da equipe técnica da JGP para apresentação do PBAI já com as inclusões de programas recomendadas pela FUNAI. O PBAI foi protocolado em 18 de novembro de 2011, através da Carta CHTP nº 326/2011.

Em 02 de dezembro foi realizada reunião na FUNAI para discutir a organização e programação da apresentação para as três etnias na cidade de Alta Floresta entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2011, estavam presentes representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Ministério da Saúde (SESAI) e CHTP. Neste mesmo dia, a FUNAI comunicou que havia recebido informações de lideranças indígenas indicando que não participariam da reunião para apresentação do PBAI.

O empreendedor e equipe da consultoria decidiram honrar o compromisso anteriormente assumido nas aldeias em agosto de 2011, organizaram a reunião para apresentação do PBAI e estiveram presentes no local e dias agendados para atender as etnias envolvidas. Nenhuma liderança indígena compareceu.

Paralelamente, a FUNAI concluiu a análise técnica do PBAI, já com as revisões incorporadas a partir de comentários feitos durante a reunião do dia 18 de novembro (revisão denominada PBAI-rev1).

A FUNAI manifesta-se sobre o PBAI-rev1 através da Informação nº. 47/COLIC/CGGAM/12 no qual consta a análise dos programas propostos no PBAI da UHE Teles Pires solicitando detalhamento adicional das ações e atividades previstas pelos programas. Complementarmente, a FUNAI emite a Informação n.38/COLIC/CGGAM/12 (de 23 de janeiro de 2012) no qual consta a análise específica do Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento e Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros.

Em 03 de fevereiro de 2012 foi realizada reunião na FUNAI/Brasília entre representantes da instituição e representantes da CHTP e da equipe JGP para discussão dos detalhamentos solicitados para o PBAI, visando chegar-se a um consenso sobre o nível de detalhamento solicitado e escopo necessário dos programas propostos. Cabe mencionar que a FUNAI manifestou discordância em relação à avaliação de impacto feita pela Consultoria, alegando a existência de impactos adicionais atribuíveis ao empreendimento. A Consultoria manteve a posição consolidada nos Estudos Complementares sobre os impactos potenciais passíveis de ser atribuídos à construção e operação da UHE Teles Pires, e concordou em ampliar o escopo dos Programas dirigidos às Terras Indígenas como ações de apoio compatíveis com as diretrizes de Responsabilidade Social do empreendedor na região de inserção do empreendimento.

A revisão do PBAI, com o detalhamento e ampliação de escopo dos programas demandados pela FUNAI foi executada pela consultoria e o PBAI - rev 02 protocolado na FUNAI no dia 27

fevereiro de 2012, através da Carta ADM/FIN nº 046/2012. A revisão 2 do PBAI apresenta ampliação de escopo de vários programas em relação ao proposto PBAI original.

A FUNAI agendou reunião para apresentação do PBAI - rev 02 - as Comunidades Indígenas, sendo no período de 04 a 08/03/13 na Aldeia Mayrowi para Etnia Apiaká e no período de 18 a 21/03/13 para Etnia Kayabi na Aldeia Kururuzinho.

Posteriormente, em 15 de abril de 2013 a FUNAI envia o Ofício n.º 264/2013/DPDS – FUNAI – MJ com as cópias das memórias das últimas reuniões ocorridas junto as Etnias Apiaká e Kayabi.

As ações pleiteadas pelos indígenas foram avaliadas, resultando na reformulação, revisão 03 do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena e protocolado na FUNAI em 25 de junho de 2013 o PBAI da Etnia Apiaká (Carta CHTP nº168/2013) e em 15 de julho de 2013 o PBAI da Etnia Kayabi (Carta CHTP nº 191/2013).

Em 25 de novembro de 2013, por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ, a Funai faz novas considerações técnicas a respeito do PBAI, solicitou ainda que contemplasse 03 (três) novos programas, um Programa de Gestão Ambiental Indígena para coordenar todos os programas e ações propostas pelo PBA do Componente Indígena, outro Programa de Mitigação e Compensação da Ictiofauna e o terceiro Programa de Valorização Cultural, de ordem sociocultural.

No processo de reorganização do PBAI e construção do Programa de Gestão, os subprogramas de Monitoramento de Terras Indígenas, Atividades Minerárias, Indicadores de Saúde Indígena e Hidrossedimentológico passaram a ser considerados como Programas.

Conforme apresentado na figura 01, atualmente contemplam a questão indígena no processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, 20 programas ambientais que serão apresentados os objetivos e detalhados dos status de realização neste documento.

A Etnia Munduruku havia decidido não participar das ações previstas e aprovadas pela FUNAI. Durante o ano de 2013 a coordenação indígena da CHTP buscou aproximação junto ao Povo e após estabelecido a relação de diálogo, em conjunto com a FUNAI foi possível demonstrar a importância do PBAI, posteriormente, no período de 23 a 28/11/2013, FUNAI, lideranças indígenas e CHTP reuniram-se na Aldeia Teles Pires para discutir o PBAI, resultando na aprovação com início imediato de todos os programas de monitoramento, educação ambiental e interação e comunicação social.

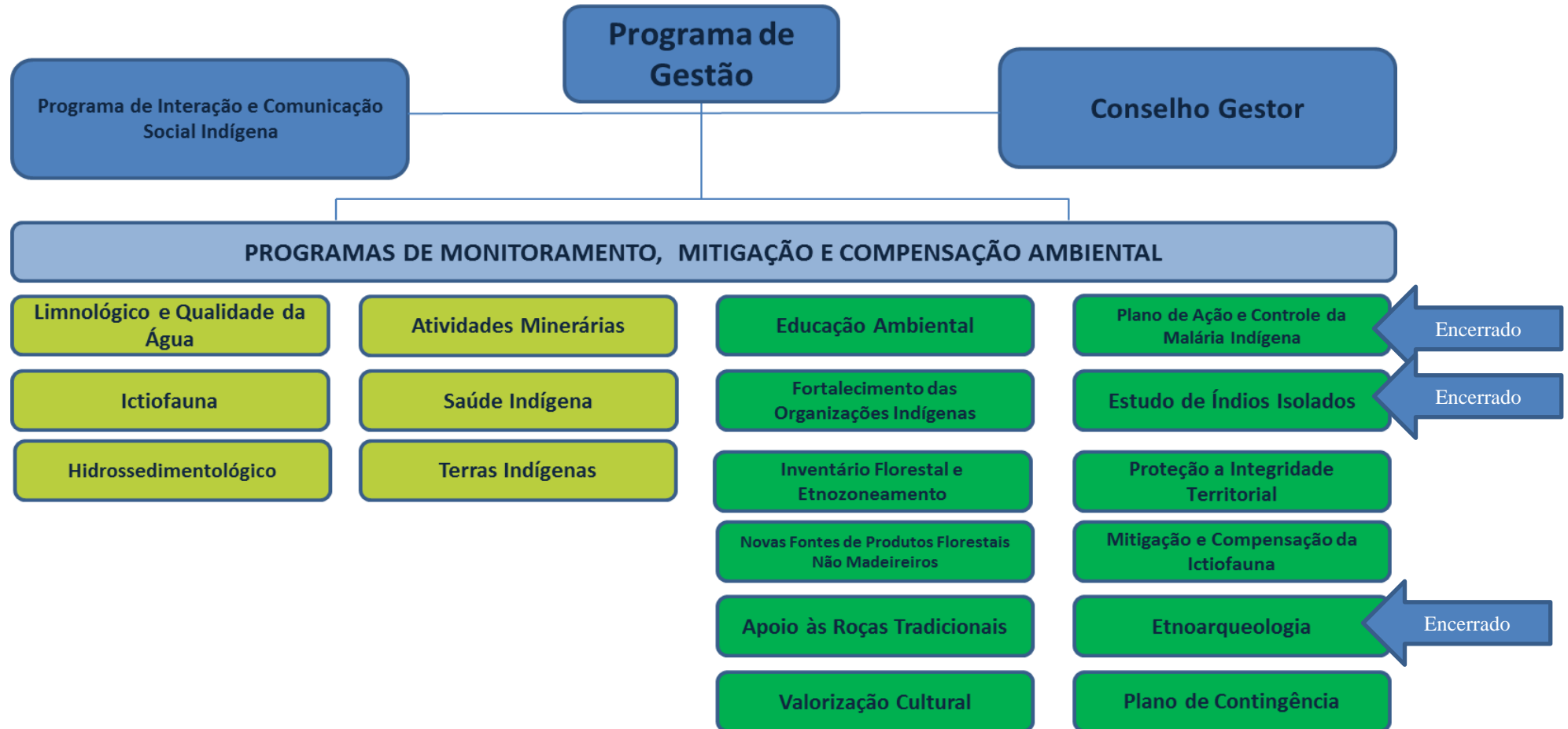
Em 21 de janeiro de 2014 a FUNAI encaminhou o ofício n.º 61/2014/DPDS/FUNAI-MJ, solicitando avaliação nas ações pleiteadas pelo povo Munduruku.

Em 07/04/2014, foi protocolada na FUNAI a Carta CHTP nº 076/2014 em resposta ao ofício n.º 61/2014/DPDS/FUNAI-MJ; e a Carta CHTP nº 080/2014 em resposta ao ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ. Registre-se que não houve manifestação da FUNAI quanto ao conteúdo dessas correspondências.

Com objetivo de finalizar as revisões do PBAI e definir as reivindicações feitas pelos indígenas, a CHTP propôs uma reunião entre lideranças indígenas das três etnias e Funai, o evento aconteceu entre os dias 12 a 14/05/14. A ação foi registrada por meio de memórias de reuniões e as decisões serão contempladas nos PBAI's Apiaká, Kayabi e Munduruku, revisão final, com previsão de ser protocolado na FUNAI em 28.07.14.

Em 10 de Agosto de 2014, em atendimento ao Ofício nº 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ, informação técnica nº 304/2013/COEP/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ e Ofício nº 61/2014/DPDS/FUNAI-MJ, foi apresentada a versão revisada final do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental Indígena (PBA) – Apiaká, Kayabi e Munduruku, relativo ao processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires.

Figura 01: Organograma dos programas ambientais indígenas exigidos no PBAI



2. Descrição de atividades realizadas no período

2.1 Programa de Gestão do Plano Básico Ambiental Indígena

A elaboração do Programa de Gestão Ambiental Indígena foi solicitado pela FUNAI em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ. A CHTP em resposta a inclusão de novo programa, encaminhou a FUNAI suas manifestações através da Carta CHTP nº 080/2014, protocoladas em 07/04/2014. Como não houve retorno quanto às manifestações por parte da FUNAI, após a reunião com as lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku, em maio/2014 a CHTP decidiu incluir os programas para atendimento as recomendações da FUNAI.

Esse programa encontra-se em execução e tem como objetivo principal instituir uma estrutura eficiente para a Gestão do PBAI a ser implantado entre os Apiaká, Kayabi e Munduruku que residem na TI Kayabi.

Mais especificamente, o foco desta Gestão é proporcionar maior agilidade às decisões relativas às ações que serão realizadas na TI, assegurar o cumprimento dos compromissos socioambientais assumidos no âmbito dos Programas Ambientais que serão implantados junto a estas etnias e, ao mesmo tempo, garantir a participação plena de todos os setores envolvidos no processo.

Adicionalmente, este Programa será responsável pela coordenação das atividades que serão realizadas na TI no âmbito dos vários programas propostos no PBAI, notadamente aqueles que demandam participação e acompanhamento indígena. Neste sentido, cabe ao coordenador deste comitê gestor garantir que os contatos com a comunidade indígena sejam coordenados e unificados a fim de que as atividades do semestre previstas nos Programas do PBAI (participação indígena em monitoramentos e oficinas) sejam definidas com a comunidade.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

Janeiro:

- Reunião com Lideranças Indígenas Munduruku, para alinhamento da Casa de Transito Munduruku.
- Reunião com representantes Indígenas Kayabi e Apiaká, para alinhamento sobre as ações do PBAI e Solicitações.
- Reunião com lideranças Indígenas Kayabi, para alinhamento e solicitações de apoio para retirada de castanha.
- Reunião com lideranças Indígenas Munduruku / representantes Sec. De Agricultura/EMATER- PA, em Jacareacanga, para apresentação dos projetos de infraestrutura

(casa de apoio local / escritório) e Discussão sobre o Apoio da EMATER/PA na execução do Programa de apoio as Roças Tradicionais.

- Reunião com Lideranças Indígena Kayabi, para alinhamento de atividades do PBAI.



Apresentação do Projeto da Casa de Transito Etnia Munduruku Jacareacanga.



Reunião com Lideranças Indígena Kayabi, para alinhamento de atividades do PBAI.



Reunião com representantes Indígenas Kayabi e Apiaká.



Reunião com Lideranças Indígenas, CHTP e representantes Sec. De Agricultura EMATER- PA (Jacareacanga).

Fevereiro:

- Reunião com a associação Indígena Kayabi e CHTP, para consultoria contábil para associação Indígena Kayabi;
- Reunião com o comitê Gestor Indígena Munduruku e CHTP, para alinhamentos das ações do PBAI.



Reunião com comitê Gestor Indígenas Munduruku.

Março:

- Reunião com o Conselho Gestor Indígena para a etnia Apiaká, na câmara Municipal de Colíder, para apresentação dos projetos de infraestrutura (Casa de Farinha, Galpão de Armazenamento e secagem da castanha, Casa de Apoio e Escritório da Associação Indígena na Aldeia Mayrowi) e reunião de alinhamento das ações do PBAI- Programa de Gestão e Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas;
- Reunião de alinhamento das ações do PBAI- Programa de Gestão - Etnia Kayabi;
- Reunião com a FUNAI Local e Grupo Gestor Indígenas Kayabi, para alinhamento e apresentação de projetos de Infraestrutura da Etnia Kayabi;



Apresentação de Projetos de Infraestrutura da Etnia Apiaká Reunião de alinhamento com Etnia Kayabi

Abril:

- Reunião na Aldeia Teles Pires entre CHTP / EPNO Engenharia e Indígenas Munduruku para explicação do projeto da balsa de 40T a ser construída;
- Reunião de Alinhamento das Ações da Revitalização da Castanha, com lideranças da etnia Apiaká;



Reunião de Apresentação do Projeto da Balsa com Engenheiro Naval, Etnia Munduruku.



Reunião de alinhamento do escoamento da produção de castanhas, etnia Apiaká.

Maio:

- Reunião com lideranças Indígenas Kayabi, Coordenação PBA-I e Gaia, para alinhamento das ações do PBAI;
- Reunião com Indígenas Munduruku no município de Jacareacanga, com o objetivo de fechar acordo para compra de terreno para construção da casa de trânsito, loja de artesanato e escritório da Associação;
- Apresentação dos Projetos de Infraestrutura nas aldeias polos junto a CHTP, FUNAI Brasília e FUNAI local. Programa de Apoio as Roças Tradicionais - Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais não Madeireiros – Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas;



Reunião com lideranças indígenas Kayabi.



Reunião com lideranças indígenas Kayabi – Conselho Gestor.



Reunião de apresentação dos projetos em conjunto com a FUNAI-Sede.

Junho:

- Reunião com lideranças indígenas Munduruku para a entrega da carta sobre destinação dos vasilhames cerâmicos, encontradas no canteiro de obras pela equipe de arqueologia durante a instalação da UHE Teles Pires;



Reunião junto a Etnia Munduruku sobre a destinação dos vasilhames cerâmicos encontrados no Canteiro de Obras.

As atas e lista de presenças estão apresentadas nos anexos.

2.2 Programa de Interação e Comunicação Social Indígena

O Programa de Interação e Comunicação Social Indígena visa atender a necessidade de manter as populações indígenas do público-alvo informadas a respeito do empreendimento, principalmente no que diz respeito às interferências que poderão ocorrer direta ou indiretamente em seu cotidiano.

A CHTP recebeu autorização da FUNAI em 15/04/2013 para realizar o Programa de Interação e Comunicação Social Indígena com a Etnia Apiaká, posteriormente foi contratado o GRUPO DE

APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR À APRENDIZAGEM – GAIA que providenciou a elaboração do plano de trabalho contemplando os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku, protocolado na FUNAI em 22/08/2013.

O Plano de trabalho foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ, imediatamente a CHTP realizou contato com as lideranças indígenas para agendamento das atividades.

No período de novembro de 2013 a maio de 2014 foram realizadas apresentação do Programa de Interação e Comunicação Social Indígena, bem como dos outros programas que iniciaram no período, com foco nos objetivos, pontos amostrais, metodologia utilizada, etapas, tempo dos monitoramentos e a importância do acompanhamento de indígenas, aconteceu também as oficinas participativas para construção do Plano de Comunicação Social Anual.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

Janeiro:

- ✓ Conclusão da instalação de Torres para Rádios Amadores - Etnia Kayabi.
- ✓ Construção de Base de Concreto para Instalação de Torre de Radio Amadores no Escritório CHTP- Programa de Comunicação e Interação Social Indígena.
- ✓ Construção de Base de Concreto para instalação de Torre de Radio Amadores no Escritório Associação Indígena em Colíder - Etnia Apiaká.
- ✓ Reunião com a contratada GAIA, para definição do Plano de trabalho do Programa de Educação Ambiental Indígena e Programa de Interação e Comunicação Social Indígena e apresentação da nova colaboradora.

Fevereiro:

- ✓ Instalação das Torres de Rádio Comunicação no Escritório da CHTP em Alta Floresta;
- ✓ Instalação de Radio radiocomunicação no escritório da CHTP em Alta Floresta.
- ✓ Instalação de Radio radiocomunicação nas Aldeias da Etnia Kayabi.
- ✓ Instalação de Radio radiocomunicação nas Aldeias da Etnia Munduruku.

Março:

- ✓ Instalação de Radio radiocomunicação nas Aldeias da Etnia Apiaká.
- ✓ Instalação de Radio radiocomunicação na Sede da Associação Apiaká em Colíder.
- ✓ Reunião com a contratada GAIA Social, para alinhamento das Atividades do PICS e PEA indígena.

Abril:

- ✓ Reunião com a comunicação CHTP, para funcionamento interno da comunicação indígena junto às aldeias polos e uso do radio amador.

Maio:

- ✓ Reunião com lideranças Indígenas Kayabi, Coordenação PBA-I e Gaia, para alinhamento das ações do PBAI;

Junho:

- ✓ Reunião de alinhamento do Programa de Comunicação e Interação Social Indígena com empresa executora GAIA;

Janeiro a Junho:

- ✓ Elaboração e confecção dos boletins informativos mensais das atividades a serem executadas nas Terras Indígenas;
- ✓ Elaboração e confecção dos jornais murais sobre as atividades que aconteceram com os indígenas;
- ✓ Entrega dos boletins informativos, jornais murais à comunidade indígena;
- ✓ Produção e entrega de materiais didáticos;

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período pela empresa executora do Programa, Gaia Social estão apresentados nos anexos.

2.3 Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água

O Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água irão contribuir com o acompanhamento das possíveis alterações sazonais naturais do rio Teles Pires e daquelas provenientes das diferentes etapas da construção e operação da UHE Teles Pires. O monitoramento é realizado com base no acompanhamento dos parâmetros indicadores da evolução da qualidade ambiental (aspectos físicos, químicos e biológicos), considerando que a instalação do empreendimento poderá modificar as características naturais do rio. Esse Programa foi elaborado para na fase do pré-enchimento e continuará no pós-enchimento.

A CHTP contratou as Empresas BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA e Empresa CONAGUA AMBIENTAL LTDA- EPP para a execução desse programa.

A Empresa BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA também é responsável pela execução do Programa de Monitoramento da Ictiofauna, sendo contratada para realizar a coleta das amostras de água do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água.

Para execução do referido programa, a Bios recebeu da Empresa CONAGUA AMBIENTAL LTDA- EPP todas as orientações e procedimentos necessários.

O Plano de Trabalho foi protocolado em 14/05/2013 no IBAMA para obtenção da autorização de captura, coleta e transporte de material biológico. Em 21/05/2013 o IBAMA solicitou anuência da FUNAI para a aprovação do Plano de Trabalho, posteriormente em 28/08/2013 a FUNAI encaminhou o ofício n.º 581/2013/DPDS/FUNAI-MJ, anexo Informação n.º 208/COEP/CGLIC/2013, com cópia a Sra. Gisela Damm Forattini – Diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA, manifestando favorável a atividades e autorizando a coleta e transporte de água para enviar ao laboratório para análise.

Importante destacar que a primeira campanha do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água programada iniciar em 11/09/2013 foi prejudicada pela ação judicial n.º 0005891-81.2012.4.0.3600/MT que determinou a paralização de todas as atividades da UHE Teles Pires, com o fim da paralização em 26/09/2013, foi retomado os contatos com as empresas terceirizadas que realizaram uma nova programação e a primeira campanha foi realizada em 20/10/13, na sequencia, trimestralmente.

No período de janeiro a junho/2015, foram realizadas duas campanhas de monitoramento, sendo a 8.ª planejada para iniciar em 23/07/2015.

Tabela 01: Apresentação dos períodos em que foram realizadas as campanhas de Monitoramento e a identificação do relatório semestral para apresentação dos resultados.

CAMPANHA	PERÍODO	PONTOS DE MONITORAMENTO	RELATÓRIO SEMESTRAL
1.ª	21 a 31/10/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
2.ª	18 a 28/01/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
3.ª	18 a 30/04/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	Relatório consolidado
4.ª	25 a 27/08/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
5.ª	17 a 23/10/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
6.ª	14 a 17/01/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15

7. ^a	17 a 20/04/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
-----------------	---------------	--	--

- ✓ Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados nos relatórios específicos de cada empresa executora do programa, Bios e Conágua Ambiental.

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período estão apresentados nos anexos.

2.4 Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena

O Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena tem como objetivo acompanhar a dinâmica populacional das espécies íctias nas áreas próximas às TIs, incluindo as espécies mais apreciadas pelas populações indígenas, através do monitoramento das possíveis alterações na estrutura, distribuição, abundância, biologia e ecologia da comunidade íctia decorrentes das mudanças associadas à implantação da UHE Teles Pires.

O Plano de Trabalho foi protocolado em 14/05/2013 no IBAMA para obtenção da autorização de captura, coleta e transporte de material biológico, em 21/05/2013 o IBAMA solicitou anuência da FUNAI para a aprovação do Plano de Trabalho, a CHTP protocolou carta na FUNAI em 27/05/2013 solicitando a aprovação do referido documento. Em 28/08/2013 recebemos o ofício n.º 581/2013/DPDS/FUNAI-MJ, anexo Informação n.º 208/COEP/CGLIC/2013, com cópia a Sra. Gisela Damm Forattini – Diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA, autorizando o início das ações e manifestando contraria a retirada de espécies de dentro da Terra Indígena. Posteriormente, a CHTP solicitou a Empresa Contratada para execução das ações, BIOS CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA o atendimento as exigências da FUNAI com as devidas adequações ao plano de trabalho. A empresa Bios informou que algumas análises que demandam tempo de processamento do material e necessidade de estrutura completa laboratorial ficarão com os resultados comprometidos, devido às dificuldades de logística oferecidas pela localização das aldeias, impossibilitando a instalação de um laboratório específico.

Em 26/08/2013 foi emitida pelo IBAMA a autorização N.º 316/2013, para captura, coleta e transporte de material biológico em que solicita para serem observadas as considerações da FUNAI da Nota Técnica n° 208/COEP/CGLIC/2013, emitida em 23/07/2013, e encaminhada a este Instituto por meio do Ofício n°581/2013/DPDS/FUNAI-MJ. No seu item “c”, a referida Nota restringe o transporte de animais para fora da Terra Indígena.

O programa de monitoramento da ictiofauna também foi prejudicado pela ação judicial n.º0005891-81.2012.4.0.3600/MT que determinou a paralização de todas as atividades da UHE Teles Pires, com o fim da paralização em 26/09/2013, foi retomado o contato com as empresas terceirizadas e devido o tempo necessário para remobilizar da equipe, a 1ª campanha foi realizada em 20/10/2013.

No período de outubro/2013 a abril/2015 foram realizadas 07 campanhas de monitoramento. O ponto n.º 08 localizado próximo à aldeia Teles Pires, Povo Munduruku, foi iniciado os trabalhos a partir da 2.ª campanha, quando autorizado pela Funai e lideranças indígenas.

A atividade de Desembarque Pesqueiro na Área de Influência da UHE Teles Pires teve início em Novembro de 2014, após autorização da FUNAI/IBAMA. O objetivo desse programa é traçar o perfil da atividade de pesca em cada aldeia polo das etnias: Apiaká, Kayabi e Munduruku.

Devido ao afastamento do funcionário da empresa Bios por motivos de saúde, as atividades de Desembarque Pesqueiro na área de influência da UHE Teles Pires ficaram suspensas entre os meses de fevereiro de 2015 a maio de 2015. Em junho de 2015 foi dada sequencia na atividade.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Entrega de vale-brinde aos pescadores, com objetivo de divulgar a campanha de devolução dos marcadores, dispositivo de identificação, colocado nos peixes durante as campanhas de monitoramentos.
- ✓ Realização da 6ª Campanha do Programa de Monitoramento da Ictiofauna.
- ✓ Realização da 7ª Campanha do Programa de Monitoramento da Ictiofauna Indígena.
- ✓ Realização de 02 monitoramentos de Desembarque Pesqueiro nas aldeias polos Kayabi, Apiaká e Munduruku.
- ✓ Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Bios.

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período estão apresentados nos anexos.

Tabela 02: Apresentação dos períodos em que foram realizadas as campanhas de Monitoramento e a identificação do relatório semestral para apresentação dos resultados.

CAMPANHA	PERÍODO	PONTOS DE MONITORAMENTO	RELATÓRIO SEMESTRAL
1. ^a	21 a 31/10/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
2. ^a	18 a 28/01/13	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
3. ^a	18 a 30 de abril de 2014	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	Relatório Consolidado
4. ^a	25 a 27/08/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
5. ^a	17 a 23/10/14	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
6. ^a	14 a 17/01/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
7. ^a	17 a 20/04/15	Pontos 01 aos 07 – Etnia Kayabi Ponto 08 – Etnia Munduruku Ponto 09 – Etnia Apiaká	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15

2.5 Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico Indígena

O presente programa de monitoramento hidrossedimentológico tem como objetivo acompanhar as modificações na dinâmica hidrossedimentológica do Rio Teles Pires no trecho situado a jusante da UHE Teles Pires a fim de verificar os eventuais efeitos das obras e da operação do empreendimento no trecho de interesse às comunidades indígenas.

Em 09 de outubro de 2013, foi encaminhada a Carta CHTP n.º 308/2013, apresentando a FUNAI a empresa VERACRUZ GEOFISICAS E GEOLOGICAS LTDA e sua equipe, que é responsável para a execução do referido programa. Anterior a esta correspondência, em 19 de setembro de 2013, foi enviada a Carta CHTP 271/2013, a Agência Nacional da Água, comunicando a ampliação da rede de monitoramento com a implantação e operação de 04 (quatro) estações hidrossedimentométricas no interior da Terra Indígena Kayabi.

Também é realizado o Monitoramento de Processos Erosivos que incluem a instalação de réguas graduadas que formaram transectos de medição, permitindo verificar as variações topográficas e a intensidade de processos de sedimentação e erosão.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Monitoramento e coleta de dados Hidrossedimentológico com pluviógrafos instalados nas margens dos rios.
- ✓ Monitoramento de Praias e Processos Erosivos.
- ✓ Realização da 6ª Campanha do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico nos Rios Apiacás, São Benedito, Santa Rosa e Aldeia Coelho.
- ✓ Realização da 7ª Campanha do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico nos Rios Apiacás, São Benedito, Santa Rosa e Aldeia Coelho;

Tabela 03: Apresentação dos períodos em que foram realizadas as campanhas de Monitoramento e a identificação do relatório semestral para apresentação dos resultados.

CAMPANHA	PERÍODO	PONTOS DE MONITORAMENTO	RELATÓRIO SEMESTRAL
Operação da rede hidrológica	19 a 22/10/13	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
1.ª	10 a 13/12/13	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
2.ª	08 a 11/02/14	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	5º Relatório Semestral Período: agosto/13 a Janeiro/14
3.ª	12 a 15/05/14	Pontos 01 aos 04 Etnia Kayabi	Relatório Consolidado
4.ª	04 a 07/08/14	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
5.ª	11 a 18/11/14	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	6º Relatório Semestral Período: jun/14 a dez/14
6.ª	15 a 19/02/15	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15

7.ª	01 a 04/06/15	Apiacás, São Benedito, estação Coelho e Santa Rosa	7º Relatório Semestral Período: jan/15 a jun/15
-----	---------------	--	--

- ✓ Os registros de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Veracruz.

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período estão apresentados nos anexos.

2.6 Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias

O Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias apresentam como objetivos o monitoramento e acompanhamento das atividades garimpeiras deslocadas devido ao empreendimento e monitoramento das atividades de garimpo em geral no trecho do rio Teles Pires que drena as TIs Kayabi, Munduruku e Apiaká do Pontal e Isolados. Em 02/04/14 foi contratada a Empresa VERACRUZ Soluções Geofísicas e Geológicas Ltda para execução deste programa nas imediações e interior da Terra Indígena Kayabi.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ No mês de maio de 2015 foi realizado sobrevoo aéreo para catalogação das balsas de ouro existentes na área indígena. No entanto, devido às condições climáticas, com alta nebulosidade, não foi possível visualizar as balsas durante o sobrevoo;
- ✓ 2ª Campanha do Programa de Monitoramento de Atividades Minerárias para catalogação das balsas de ouro existentes na área indígena (junho);
- ✓ Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Veracruz.

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período estão apresentados nos anexos.

2.7 Programa de Monitoramento das Terras Indígenas

O Programa de Monitoramento das Terras Indígenas têm como principais objetivos o Monitoramento do uso e ocupação do solo no entorno sul das Terras Indígenas, a Identificação da existência de crescimento da ocupação por uso agropecuário ou por desmatamento dessas áreas, fornecendo subsídios para a averiguação detalhada pelos órgãos competentes e o acompanhamento e difusão das informações do monitoramento socioeconômico desenvolvido

no âmbito do Subprograma de Monitoramento Socioeconômico do Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais (P-36) do PBA junto às comunidades indígenas.

Após dois meses da abertura da tomada de preço sem o interesse de preponentes na apresentação de propostas para execução do programa a CHTP, em 01/07/2014 contratou a empresa GeoGis Geotecnologia formada por uma equipe técnica com experiência no desenvolvimento de trabalhos de monitoramento remoto.

Os dados e resultados do programa de monitoramento serão contemplados a seguir:

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Foram realizadas Avaliações das Capacidades de Substituição das Áreas, através de uma dinâmica de desmate.
- ✓ Avaliação do Raio Potencial de Migração das Propriedades Afetadas com a Inundação.
- ✓ Monitoramento Remoto do Potencial Crescimento do Uso Agropecuário no Entorno e/ou Interior das Terras Indígenas Kayabi.
- ✓ Consultas aos Órgãos Ambientais Responsáveis: Estaduais e Federal.
- ✓ Buscas em Cartórios: Visita as Propriedades Afetadas e Consulta aos Órgãos Ambientais Responsáveis.
- ✓ Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão detalhados no relatório específico da empresa executora do programa Geogis.

Os detalhes dos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período estão apresentados nos anexos.

2.8 Programa de Educação Ambiental Indígena

O objetivo deste programa é valorização da identidade e das relações estabelecidas entre povos indígenas e seus respectivos territórios por meio do ensino-aprendizagem de novas linguagens de comunicação (como as audiovisuais) que revelem o olhar indígena sobre o meio ambiente em seus territórios.

Neste sentido, pretende-se apoiar as etnias com a capacitação no uso de ferramentas que possam contribuir para o registro e reprodução de eventos significativos de seus respectivos ambientes e culturas, e que permita apoiar a compreensão, discussão e gestão socioambiental de suas terras. Espera-se que o domínio de pelo menos um grupo interessado em cada etnia possa contribuir ao processo de monitoramento de alterações sobre seus respectivos modos de vida em geral, ou relacionadas ao empreendimento em particular.

A FUNAI emitiu autorização a CHTP em 15/04/2013 para a realização do Programa de Ambiental Indígena com a Etnia Apiaká, posteriormente foi contratado o GRUPO DE APLICAÇÃO INTERDISCIPLINAR À APRENDIZAGEM – GAIA que providenciou a elaboração do plano de trabalho contemplando os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku, protocolado na FUNAI em 22/08/2013.

O Plano de trabalho foi aprovado para os povos Apiaká, Kayabi em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ, e posteriormente para Munduruku em 28/11/2013, imediatamente após o recebimento do documento formalizado a aprovação, a CHTP realizou contato com as lideranças indígenas para agendamento das atividades.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015:

Janeiro:

- ✓ Reunião com a contratada GAIA, para acompanhamento das atividades realizadas do Plano de trabalho do Programa de Educação Ambiental e apresentação da nova colaboradora.

Fevereiro:

- ✓ Entrega de certificado do Curso de Informática - Etnia Munduruku.

Março:

- ✓ Entrega de certificado do Curso de Informática - Etnia Kayabi;
- ✓ Reunião com a contratada GAIA Social, para alinhamento das atividades do PEA indígena.
- ✓ Entrega de certificado do Curso de Informática - Etnia Apiaká;

Maior:

- ✓ Entrega dos equipamentos de áudio, vídeo, fotografia e GPS para as Etnias Apiaká, Kayabi e Munduruku.

Junho:

- ✓ Reunião de alinhamento do Programa de Educação Ambiental Indígena com empresa executora, Gaia Social;

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão no relatório específico da empresa executora do programa Gaia Social em anexo.

2.9 Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas

O Programa de Fortalecimento de Organizações Indígenas visa criar condições para assegurar a participação indígena no PBAI e nas diferentes etapas de sua implementação, através do fortalecimento das organizações indígenas. Adicionalmente, como maneira de promover o protagonismo indígena e apoiar a gestão de projetos, associativismo e cooperativismo, prestação e controle de contas e conhecimento dos direitos indígenas.

A CHTP recebeu a aprovação do programa por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ em 25 de novembro de 2013.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

I – Povo Apiaká

Março:

- ✓ Entrega da Casa de Apoio reformada e mobiliada em Colíder- MT;
- ✓ Entrega da Loja de Artesanato e Escritório da Associação em Colíder – MT;
- ✓ Reunião com o Conselho Gestor Indígena para a etnia Apiaká, na câmara Municipal de Colíder, para apresentação dos projetos de infraestrutura Casa de Apoio na Aldeia e Escritório da Associação Indígena na Aldeia Mayrowi;
- ✓ Entrega do Barco da Aldeia Pontal;
- ✓ Transporte e entrega dos kits solares da Aldeia Mayrowi;

Junho:

- ✓ Realização do curso de Marcenaria Básica para os indígenas;

II – Povo Kayabi

Imóvel para instalação da associação e loja de artesanato:

Para instalação da associação, as lideranças indígenas decidiram pleitear junto a Prefeitura de Alta Floresta – MT um terreno, a iniciativa partiu dos próprios indígenas que realizaram reunião com o prefeito protocolaram ofício solicitando a doação de um imóvel. Essa reunião foi realizada em conjunto com a CHTP e FUNAI onde o município comprometeu-se em doar uma área de 4.000 m² para associação. Até o presente momento o Projeto de Lei não seguiu para a Câmara de Vereadores.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

Janeiro:

- ✓ Vistoria a obra de reforma da Casa de Trânsito da Etnia Kayabi em Alta Floresta para verificar eventuais reparos;
- ✓ Transporte e montagem de camas e beliches nos quartos e limpeza na Casa de Transito da Etnia Kayabi em Alta Floresta;

Fevereiro:

- ✓ Entrega da Casa de Transito reformada e com mobiliada em Alta Floresta - MT;

Março:

- ✓ Reunião com a FUNAI Local e Grupo Gestor Indígenas Kayabi, para alinhamento e apresentação de projetos de Infraestrutura da Etnia Kayabi;

III – Povo Munduruku

Reforma da Casa de Transito, construção da loja de artesanato e constituição da associação.

Na reunião realizada no dia 12/05/2014, entre lideranças indígenas, FUNAI e CHTP, os Munduruku informaram a existência de três imóveis que necessitam de reforma no município de Jacareacanga-PA, a CHTP esclareceu que estaria avaliando. Para atendimento a este compromisso foi realizado contato com a construtora da região de Jacareacanga que avaliou os imóveis em péssimas condições, sendo necessárias grandes intervenções, relatando tratar de casas antigas com estruturas danificadas sendo necessária demolição e construção de um novo imóvel.

Diante do exposto e observando as limitações orçamentarias previstas no PBAI, a CHTP manterá o primeiro compromisso que é a construção de um imóvel que atenderá a casa de transito, loja de artesanato e escritório de apoio à associação.

Em 21 de janeiro de 2015, foi realizada uma reunião com lideranças indígenas Munduruku e CHTP em Jacareacanga para apresentação dos projetos de infraestrutura a serem construídos nas aldeias.

Em abril de 2015, os indígenas Munduruku informaram a existência de um imóvel que atenderiam as suas necessidades. Diante disso a CHTP marcou uma visita ao terreno com as lideranças indígenas para averiguação do local e tratativas de preço com os proprietários.

No dia 06 de maio de 2015, durante reunião realizada com a proprietária do terreno em Jacareacanga, ficou acertada a compra do terreno. Logo a CHTP deu entrada na documentação para que possam ser iniciadas as construções.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

Janeiro:

- ✓ Reunião com Lideranças Indígenas Munduruku, para alinhamento da Casa de Transito Munduruku.
- ✓ Apresentação dos projetos de infraestrutura para as lideranças Munduruku em Jacareacanga;

Março:

- ✓ Transporte e entrega dos kits solares da Aldeia Teles Pires;

Abril:

- ✓ Instalação do sistema de energia solar para a sala de informática na Aldeia Teles Pires;

Maiο:

- ✓ Reunião com Indígenas Munduruku no município de Jacareacanga, com o objetivo de fechar acordo para compra de terreno para construção da casa de trânsito, loja de artesanato e escritório da Associação;

Junho:

- ✓ Realização do curso de Marcenaria Básica para os indígenas;

Atividades comuns aos três povos

Abril:

- ✓ Reunião com o SENAR- MT, para apresentação de proposta para realização de curso aos Indígenas;
- ✓ Reunião com consultor em Marcenaria para alinhamento de proposta de realização do Curso de Marcenaria aos Indígenas;
- ✓ Reunião com representante Yamaha para definição do curso básico de manutenção de motor de popa aos indígenas;

Maiο:

- ✓ Fechamento do curso de capacitação em marcenaria para os indígenas.
- ✓ Apresentação dos Projetos de Infraestrutura nas aldeias polos junto a CHTP, FUNAI Brasília e FUNAI local.

Junho:

- ✓ Reunião com SENAI-MT, visando parceria para realização de cursos e capacitações previstas no PBA-I;

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão no relatório específico do Consultor executor do programa José Strabeli.

2.10 Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento

O etnozoneamento participativo proposto é um instrumento de planejamento para as comunidades envolvidas. O objetivo geral deste Programa é delimitar zonas e formas de uso das TIs, visando o desenvolvimento sustentado cultural e economicamente. Este programa é fundamental para permitir a exploração racional dos recursos florestais existentes nestas áreas dentro das perspectivas de uso interno e geração de renda, englobando a participação das comunidades no processo de planejamento e gestão territorial, ambiental e econômica.

O programa foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ.

Com a dificuldade de identificar empresas especializadas no desenvolvimento de etnozoneamento, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com três tomadas de preço abertas frustradas. No fechamento deste relatório houve uma empresa com interesse em apresentar proposta comercial, a qual deverá ser avaliadas ainda no mês de julho/2015.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Reunião com representante da empresa Pacto das Aguas de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.
- ✓ Reunião com representante da empresa Mapsmut de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.

2.11 Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros

O presente Programa justifica-se pela necessidade de geração de renda para as comunidades indígenas dentro do modelo alternativo de mercado justo e através de atividades compatíveis com a preservação da floresta, em contraposição às formas de uso social e ambientalmente degradantes que costumam ser apresentadas como fontes de renda para essas comunidades por setores descompromissados da sociedade, e que muitas vezes geram quadros crônicos de desequilíbrio socioambiental nas áreas de fronteira de desenvolvimento do país.

As ações previstas neste programa também auxiliarão em questões determinantes para a Terra Indígena (TI) como: controle territorial e ambiental, apoio à autogestão e fortalecimento político.

Durante as oficinas realizadas com as comunidades indígenas foram identificados os projetos de castanha do Pará e copaíba que os povos do baixo Teles Pires desejam receber consultoria, ferramentas para colheita e instalação de infraestrutura para beneficiamento da matéria prima.

Com a dificuldade de identificar empresas especializadas no desenvolvimento desse tipo de atividade com povos tradicionais, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com três tomadas de preço abertas frustradas. No fechamento deste relatório houve uma empresa com interesse em apresentar proposta comercial, a qual deverá ser avaliada ainda no mês de julho/2015.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

Após a aprovação do projeto de construção das Balsas, durante reunião realizada com os membros do conselho gestor Apiaká e Munduruku, nos meses de fevereiro e março, segue os avanços nas construções:

- ✓ Chegada e corte das chapas de aço e perfis no estaleiro;
- ✓ Montagem da estrutura das balsas;
- ✓ Montagem das casarias e acessórios;
- ✓ Soldagem das chapas de aço;
- ✓ Instalações elétricas e hidráulicas;
- ✓ Jateamento e pintura das estruturas.

Atividades comuns:

- ✓ Reunião com representante da empresa Pacto das Aguas de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.
- ✓ Entrega dos materiais previstos no Plano Emergencial para Revitalização dos Castanhais Nativos para os indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku;

I – Povo Kayabi

Quantidade	Descrição	Unid.
30	Corda Trancada PP 10 mm	Metros
20	Lima Chata KF	Und
20	Perneira Bidin 3 talas	Und
20	Facão 16 polegadas	Und
20	Facão 20 polegadas	Und
10	Linha Max force 0,50mm	Und
10	Linha Max force 0,30mm	Und
10	Linha Max force 0,35mm	Und
10	Linha Max force 0,60mm	Und
10	Linha Max force 0,70mm	Und

10	Linha Max force 0,80mm	Und
100	Anzol Marine 4330	Und
100	Anzol Marine 4330	Und
02	Chumbada pequena	Kg
02	Chumbada média	Kg
02	Chumbada grande	Kg
08	Botina bracol Nº 38	Und
04	Botina bracol Nº 39	Und
80	Lona Plástica Metalona	M ²
72	Lona Plástica Preta (4x3m)	M ²
02	Café	Fardo
02	Biscoito de Agua e Sal	Cx
02	Biscoito doce	Cx
01	Extrato de tomate	Cx
01	Vinagre	Cx
01	Margarina	Cx
01	Coador de café	Und
01	Tempero Arisco	Und
04	Pilha Grande	Cx
20	Lanterna 3 elementos	Und
01	Isqueiro	Cartela
20	Vela	Pacote
01	Garrafa de café	Und
330	Gasolina	Litros
14	Óleo 2 Tempo	Frasco

II – Povo Apiaká – Aldeia Mayrowi e Pontal

Quantidade	Descrição	Unid.
600	Saco de Fibra de Ráfia	UND
4.600	Gasolina	Litros
184	Óleo 2 Tempo	Frasco
50	Óleo Diesel S10	Litros
02	Óleo 90	Litros
10	Óleo 40	Litros
04	Arroz	Fardo
01	Café	Fardo
30	Açúcar 2 KG	pacote
01	Sal	Fardo
01	Oleo de soja	Caixa
03	Sabão em barra	Pacote
03	Alho	KG
14	Suco	CX
04	Feijão	Fardo
01	Macarrão	Fardo

27	Biscoito Cream Cracker	Und
20	Biscoito Marilan	Und
01	Tempero completo 1 KG	Pote
70	Facção 18 polegadas	UND
60	Lima Chata KF	Und
1280	Lona Plástica Metalona	M ²
36	Corda de Fibra 1,5mm	Kg
50	Agulha para sacaria	Und

III – Povo Munduruku

Quantidade	Descrição	Unid.
2130	Gasolina	Litros
86	Óleo 2 tempo	Frasco
120	Óleo Diesel	Litros
05	Óleo 90	Litros
26	Óleo 40	Litros
84	Lona Plástica Mantalona	M ²
80	Lona Plástica Mantalona	M ²
06	Corrente Sthil 3/8	Und
04	Hélice motor de popa 40 hp	Und
02	Hélice motor de popa 15 hp	Und
04	Arroz	Fardo
03	Café	KG
15	Açúcar 2 KG	Pacote
10	Sal	Pacote
15	Olho	UND
08	Sabão	UND
03	Alho	KG
200	Suco	UND
01	Isqueiro	Cartela

- ✓ Apoio no escoamento da safra 2015 da castanha do Pará dos indígenas Apiaká e Munduruku;
- ✓ Contratação de empresa especializada em transporte fluvial para fazer o escoamento da produção da castanha dos indígenas Apiaká;
- ✓ Reunião com representante da empresa Mapsmut de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.
- ✓ Apresentação dos Projetos de Infraestrutura nas aldeias polos junto a CHTP, FUNAI Brasília e FUNAI local.

Janeiro:

- ✓ Reunião com lideranças Indígenas Kayabi, para alinhamento e solicitações de apoio para retirada de castanha;

Fevereiro:

- ✓ Reunião com o comitê Gestor Indígena Munduruku e CHTP, para apresentação do projeto da galpão de armazenamento de castanha e secagem.

Março:

- ✓ Entrega de Veículo F-4000 da Etnia Apiaká em Colíder-MT;
- ✓ Reunião com o Conselho Gestor Indígena para a etnia Apiaká, na câmara Municipal de Colíder, para apresentação dos projetos de infraestrutura (Galpão de Armazenamento e secagem da castanha);
- ✓ Entrega do Barco da Aldeia Pontal - Etnia Apiaká;
- ✓ Reunião com a FUNAI Local e Grupo Gestor Indígenas Kayabi, para alinhamento e apresentação de projetos de Infraestrutura da Etnia Kayabi.
- ✓ Transporte e entrega técnica dos tratores para as Etnias Apiaká e Munduruku até a Cachoeira da Rasteira;

Abril:

- ✓ Reunião na Aldeia Teles Pires entre CHTP / EPNO Engenharia e Indígenas Munduruku para explicação do projeto da balsa de 40T;
- ✓ Reunião de Alinhamento das Ações da Revitalização da Castanha, com lideranças da etnia Apiaká;

2.12 Programa de Apoio às Roças Tradicionais

O principal objetivo deste Programa é o apoio ao planejamento agrícola das comunidades indígenas através de acompanhamento técnico, buscando a melhoria da produção e produtividade, respeitando as características do modelo de agricultura de subsistência, com alternativas de produtos agrícolas, modelos de manejo e de novas áreas para as roças tradicionais, a fim de oferecer alguns subsídios para o estabelecimento de técnicas que visem a melhoria das condições de vida da comunidade, possibilitando, a médio e longo prazo, aumentar a produção e renda, bem como a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em que atuam.

O programa de roças tradicionais foi previsto somente ao Povo Kayabi que desejavam realizar modelo de monocultura, a CHTP preferiu apoiar ações que valorizavam o modelo tradicional de cultivo e preservam a biodiversidade da região onde estão inseridos. Posteriormente, atendendo a solicitação da Funai o programa foi estendido aos Apiaká e Munduruku.

Para o povo Kayabi o programa foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ, a CHTP também considera o programa aprovado para os Povos Munduruku e Apiaká, pois seguirá as mesmas diretrizes, respeitando apenas as especificidades de cada cultura.

Com a dificuldade de identificar empresas especializadas no desenvolvimento desse tipo de atividade com povos tradicionais, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com três tomadas de preço abertas frustradas. No fechamento deste relatório houve uma empresa com interesse em apresentar proposta comercial, a qual deverá ser avaliada ainda no mês de julho/2015.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Reunião com representante da empresa Mapsmut de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.
- ✓ Reunião com representante da empresa Gaia Social de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.

Janeiro:

- ✓ Reunião com lideranças Indígenas Munduruku / representantes Sec. De Agricultura/EMATER- PA para discussão sobre o interesse da EMATER/PA na execução do Programa de apoio as Roças Tradicionais.
- ✓ Entrega da complementação das Ferramentas para aldeias São Benedito e Barro Vermelho - Etnia Kayabi.

Quantidade	Descrição	Unid.
12	Facão com Bainha RGA Matão 16 polegadas	Und
06	Machado Tramontina com cabo	Und
12	Enxada com cabo	Und
06	Garrafa térmica 05Lts	Und
06	Cavadeira reta com cabo 120cm Tramontina	Und
06	Carrinho para pedreiro Pneu Macio	Und
12	Foice Tramontina Roçadeira	Und
18	Lima Chata Oregon 8	Und
12	Chapéu Gigante duplo	Und
12	Balde Plástico para Concreto 10	Und
06	Plantadeira Manual Cadioli	Und
06	Bomba Manual para encher Pneu	Und

- ✓ Entrega da complementação das Ferramentas para aldeia Kururuzinho - Etnia Kayabi.

Quantidade	Descrição	Unid.
20	Facão com Bainha RGA Matão 16 polegadas	Und
10	Machado Tramontina com cabo	Und
15	Enxada com cabo	Und
10	Garrafa térmica 05Lts	Und
05	Cavadeira reta com cabo 120cm Tramontina	Und
10	Cavadeira Articulada Light Tramontina	Und
10	Carrinho para pedreiro Pneu Macio	Und
10	Foice Tramontina Roçadeira	Und
25	Lima Chata Oregon 8	Und
15	Chapéu Gigante duplo	Und
15	Balde Plástico para Concreto 10	Und
10	Plantadeira Manual Cadioli	Und
50	Bomba Manual para encher Pneu	Und

Fevereiro:

- ✓ Reunião com o comitê Gestor Indígena Munduruku e CHTP, para apresentação do projeto da Casa de Farinha.

Março:

- ✓ Reunião com o Conselho Gestor Indígena para a etnia Apiaká, na câmara Municipal de Colíder, para apresentação dos projetos de infraestrutura (Casa de Farinha);
- ✓ Entrega do Barco da Aldeia Pontal.
- ✓ Reunião com a FUNAI Local e Grupo Gestor Indígenas Kayabi, para alinhamento e apresentação de projetos de Infraestrutura da Etnia Kayabi;

Maior:

- ✓ Apresentação dos Projetos de Infraestrutura nas aldeias polos junto a CHTP, FUNAI Brasília e FUNAI local.

2.13 Programa de Valorização Cultural

O Programa de Valorização Cultural tem como principal objetivo fortalecer as atividades tradicionais dos grupos indígenas. A elaboração do programa foi solicitada pela FUNAI em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ.

A CHTP em resposta a inclusão de novo programa, encaminhou a FUNAI suas manifestações através da Carta CHTP nº 080/2014, protocoladas em 07/04/2014. Como não houve retorno quanto às manifestações da CHTP por parte da FUNAI, após a reunião com as lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku, em maio/2014 a CHTP decidiu incluir os programas para atendimento as recomendações da FUNAI.

Com a dificuldade de identificar empresas especializadas no desenvolvimento desse tipo de atividade com povos tradicionais, o período vigente contou a identificação e entrevistas de empresas para execução, com duas tomadas de preço abertas frustradas. No fechamento deste relatório houve uma empresa com interesse em apresentar proposta comercial, a qual deverá ser avaliada ainda no mês de julho/2015.

A versão final do PBAI incluindo o programa foi protocolada na FUNAI em 27/08/2014.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Reunião com representante da empresa Gaia Social de forma a verificar o interesse na apresentação de proposta.
- ✓ Execução das atividades descritas no plano de trabalho referente à língua e cultura Apiaká.

Janeiro:

- ✓ Reunião com lideranças Indígenas Munduruku / representantes Sec. De Agricultura/EMATER- PA, para apresentação dos projetos de infraestrutura (galpão e loja de artesanato).

Fevereiro:

- ✓ Apresentação, ajuste do Plano de Trabalho e entrevista com comunidade Indígena Apiaká- Programa de Resgate e Valorização Cultural Indígena.
- ✓ Reunião com o comitê Gestor Indígena Munduruku e CHTP, para apresentação do projeto do Galpão e loja de artesanato.
- ✓ Reunião de alinhamento do Programa de Resgate e Valorização Cultural Indígena entre CHTP e Professora Suseile Andrade Sousa (Resgate da língua Apiaká).

Março:

- ✓ Entrega da loja de artesanato da Etnia Apiaká em Colíder-MT;
- ✓ Reunião com a FUNAI Local e Grupo Gestor Indígenas Kayabi para apresentação de projetos de Infraestrutura da Etnia Kayabi (galpão de artesanato).

Maior:

- ✓ Reunião com Indígenas Munduruku no município de Jacareacanga, com o objetivo de fechar acordo para compra de terreno para construção da loja de artesanato;

- ✓ Apresentação dos Projetos de Infraestrutura nas aldeias polos junto a CHTP, FUNAI Brasília e FUNAI local (galpão de artesanato).

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão no relatório específico de consultora Suseile, executora da parte de valorização da língua Apiaká.

2.14 Programa de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas

De acordo com a Avaliação do Estudo do Componente Indígena do AHE Teles Pires, encaminhado ao IBAMA pela FUNAI em acompanhamento ao Ofício n.º 850/2011/DPDS-FUNAI-MJ, o Programa de Proteção da Integridade Territorial foi elaborado pela própria FUNAI, sob responsabilidade da sua Coordenação de Monitoramento Territorial (CGMT).

Durante a apresentação do PBAI, o programa foi submetido ao conhecimento das lideranças indígenas e encaminhado em 29/05/2013 para a avaliação da CHTP.

Para a execução do programa, foi encaminhada a FUNAI a correspondência Carta CHTP nº 076/2014, protocolada em 07/04/2014, em seu item 5 realizando uma proposta de execução. Para a continuidade do processo, a CHTP agendou reunião em 09/07/2014, com objetivo de apresentar proposta a FUNAI.

Após essa reunião nova agenda foi realizada em 18/11/2014, onde a CHTP e FUNAI acordaram a forma de execução do Programa de Proteção e Integridade Territorial. No momento, aguarda-se a definição por parte da FUNAI da localização da base convencionada na reunião de 18/11/2014. A tomada de preço para contratação da mão de obra foi expedida em dezembro/2014 e concluída em 2015.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Conclusão das aquisições de equipamentos para atender ao Plano de Proteção e Integridade Territorial das Terras Indígenas;
- ✓ Aquisição de equipamentos para instalação do sistema de Radiocomunicação na Base que será montada para a FUNAI.
- ✓ Aquisição da base para atender ao Plano de Proteção e Integridade Territorial na terra indígena Kayabi, faltando apenas a indicação do local pela FUNAI para a instalação da mesma.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão no relatório específico em anexo.

2.15 Programa de Mitigação e Compensação da Ictiofauna

No ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ de 25 de novembro de 2013 a FUNAI exigiu que o PBAI deverá apresentar um programa de mitigação e compensação da ictiofauna, relativas aos possíveis impactos que a UHE Teles Pires poderá causar.

A CHTP em resposta a inclusão de novo programa, encaminhou a FUNAI suas manifestações através da Carta CHTP n.º 080/2014, protocoladas em 07/04/2014. Como não houve retorno quanto às manifestações da CHTP por parte da FUNAI, após a reunião com as lideranças Kayabi, Apiaká e Munduruku, em maio/2014 a CHTP decidiu incluir os programas para atendimento as recomendações da FUNAI.

A versão final do programa foi encaminhada via Carta CHTP n.º 396/2014.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Monitoramento do Desembarque Pesqueiro nas aldeias Kururuzinho, Teles Pires e Mayrowi.

Os registros detalhados de todas as atividades executadas no semestre estão no relatório específico de cada empresa executora do programa Bios.

2.16 Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência em Caso de Ruptura da Barragem da UHE Teles Pires

O objetivo principal do Subprograma é o de planejar antecipadamente os procedimentos a adotar em situações emergenciais que possam vir a se apresentar em função da operação do UHE Teles Pires, garantindo uma atuação eficaz e segura no atendimento a estas situações, de modo a minimizar os impactos ambientais decorrentes.

O programa foi aprovado em 25 de novembro de 2013 por meio do ofício n.º 866/2013/DPDS/FUNAI – MJ.

Ações realizadas entre os períodos de janeiro de 2015 a junho de 2015.

- ✓ Instalação do sistema de radiocomunicação nas Aldeias do baixo Teles Pires Etnia Kayabi, Apiaká e Munduruku.

2.17 Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde Indígena

O Programa de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena tem como principal objetivo avaliar a variação de ocorrências de casos de cada uma das doenças de notificação compulsória.

Os resultados do Programa de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena poderão ser utilizados pelos órgãos responsáveis, FUNAI e SESAI, para adequar as suas políticas públicas e prioridades de investimento, e pelo empreendedor para ajustar as ações desenvolvidas no âmbito de outros programas. Também servirá para ajustar os conteúdos a serem divulgados local e regionalmente através do Programa de Comunicação Social.

Os levantamentos dos indicadores de saúde possuem a capacidade de levantar e definir a causa e efeito em um determinado espaço de tempo, período, em conjunto com as transformações demográficas, sociais e econômicas, e até mesmo em uma série histórica, que se apresentam os principais agravos de Doença de Notificação Compulsória.

O Programa de Indicadores de Saúde Indígena utilizará como método o levantamento epidemiológico descritivo da distribuição, que se refere à análise por tempo, local e características dos indivíduos, e através de fatores determinantes que são todos os fatores físicos, biológicos, sociais, culturais e comportamentais que influenciam a saúde entre os anos de 2010 ao primeiro trimestre do ano de 2014 com objetivo de levantar a série histórica e propor melhorias nos indicadores de incidência e prevalência dos principais agravos de notificação.

Para executar o referido programa foi contratado em 02/04/2014 a consultoria do Enfermeiro Edmilson Jose Mocci Gaiardoni com 13 anos de experiência na assistência a Saúde Indígena.

Levantamento dos Dados junto as DSEIs Kayapó/MT e Tapajós/PA.

Após o deferimento do Programa de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena pela FUNAI através do Ofício nº 866/2013/DPDS/FUNAI-MJ de 25 de novembro de 2013 a CHTP vem tentando junto as DSEIs o levantamento dos dados, uma vez que as informações e os dados primários não são disponíveis em plataformas de acesso digital.

Registre-se que no período de abril e maio de 2014 a CHTP vem tentando obter os dados diretamente com as DSEI Kayapo (MT) e Tapajós (PA) para levantamento dos dados primários, para posteriori inicio das análises constantes no subprograma. Tal solicitação foi realizada através do Ofício 01 de 05 de maio de 2014, sem resposta até a presente data.

Em 25/06/2014 recebemos através do Ofício 248/2014/GAB/DSEI/Kayapó Colíder/MT informando pelo responsável daquele órgão que o fornecimento dos dados deve ser submetido à SESAI em Brasília e que após a aprovação por escrito os dados serão fornecidos.

Mediante ao exposto, em 10/06/2014, por meio da Carta CHTP nº156/2014, a CHTP solicitou junto a Secretaria Especial da Saúde Indígena o acesso às informações.

Juntamente com a Carta protocolada pela CHTP foi encaminhada via e-mail para Diretora do Departamento de Atenção a Saúde Indígena uma tabela com a lista de todos os indicadores, e

os agravos que as DSEIs deveriam disponibilizar para estarmos respondendo aos objetivos propostos no Subprograma de Indicadores de Saúde Indígena.

Em 22 de julho de 2014 a CHTP através da Carta nº 200 solicita novamente a liberação e anuência da SESAI para autorizarem por escrito as DSEIs na liberação dos dados.

Tal situação foi informada para os técnicos da SESAI e FUNAI durante a apresentação do Workshop de apresentação dos resultados dos PBAs em Brasília, onde relatamos a dificuldade de acessar a essas informações junto as DSEIs que somente disponibilizaram os dados após autorização da SESAI.

No dia 07 de outubro de 2014 a CHTP protocolou novamente uma Carta nº 292 para SESAI aos cuidados da Diretora do Departamento de Atenção em Saúde Indígena e para a Coordenadora do DSEI Kayapó MT.

No dia 08 de outubro de 2014 a CHTP protocolou a Carta nº 293 para SESAI aos cuidados da Diretora do Departamento de Atenção em Saúde Indígena e para a Coordenadora do DSEI Tapajós - PA.

A CHTP através da Carta nº 080 de 23 de março de 2015, solicita junto a SESAI com cópia para o IBAMA, FUNAI e Ministério de Minas e Energia – MME a liberação dos dados por parte da SESAI para início das atividades, levando em consideração a aprovação do referido Subprograma e o atraso na liberação destas informações.

Neste intervalo de tempo, a CHTP por diversas vezes tentou contato via telefone com os responsáveis para liberação destas informações e até o fechamento deste relatório, não obtivemos resposta em relação à liberação dos dados por parte da SESAI e nem dos DSEIs.

3 Discussão de Resultados

O período contou com grandes avanços nas ações do PBAI. O diálogo entre a CHTP e as lideranças indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku está cada vez mais consistente e as atividades estão sendo executadas conforme o planejado com alguns itens em atraso necessitando de ajuste. A demonstração de conformidade na implantação dos programas pode ser visualizada no Cronograma Geral anexo a este relatório.

Nos relatórios específicos das empresas e consultores contratados para execução das atividades previstas no PBAI poderão ser verificados os resultados das atividades realizadas no semestre.

Destacamos a continuidade na contratação de 12 indígenas, sendo três da Etnia Apiaká, três da Etnia Kayabi e seis da Etnia Munduruku no regime de CLT para acompanhar todas as ações desenvolvidas pela CHTP no interior das terras indígenas.

Contudo os principais marcos do período são:

- ✓ Entrega dos equipamentos de Fotografia, Áudio e Vídeo para os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Entrega do veículo F-4000 aos indígenas Apiaká;
- ✓ Entrega da Casa de Trânsito, Escritório da Associação e Loja de Artesanato ao povo Apiaká;
- ✓ Instalação dos equipamentos de rádio nas aldeias;

Despesas gerais PBA-I - Povo Kayabi, Apiaká e Munduruku:

Gasolina	R\$ 90.603,30
Óleo Diesel	R\$ 31.896,55
Óleo 2 Tempo	R\$ 16.492,00
Alimentação	R\$ 29.570,00
Manutenção diversa	R\$ 21.689,00
Internet via satélite	R\$ 40.680,00
Contas de Água	R\$ 2.119,23
Conta de Energia	R\$ 1.411,34
Fretamento Aeronave	R\$ 129.130,00
Diárias	R\$ 14.313,00
Fretamento Carro	R\$ 19.200,00
Mão de Obra Indígena	R\$ 201.152,70
Hospedagem	R\$ 11.130,00
TOTAL	R\$ 609.387,12

4 Apresentação de Justificativas

No âmbito dos programas aprovados, no início do semestre, a CHTP procurou em tempo hábil mobilizar as empresas e o saldo positivo foi à realização das campanhas de monitoramento e a execução das atividades de cada programa no período.

A CHTP está reunindo todos os esforços para contratação das empresas ou mão de obra especializada para executar os programas que ainda não foram contratados.

A grande dificuldade para a execução dos programas que estão atrasados é a identificação de empresas especializadas no mercado e a frustração nas tomadas de preço abertas devido a desinteresse de participantes pelo difícil acesso as aldeias.

O seminário de apresentação dos resultados dos programas indígenas do ano de 2014 havia

sido planejado junto às comunidades Kayabi, Apiaká e Munduruku, para acontecer entre os dias 27 e 29 de janeiro de 2015. No entanto, no dia 15 de janeiro de 2015, através de e-mail da servidora Vivian Gladys de Oliveira Souza, a CHTP tomou conhecimento do cancelamento do Seminário em virtude do decreto nº 8389, de 07/01/2015, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos federais, o que acarretou a indisponibilidade de recursos financeiros para custear o acompanhamento dos servidores. Em 06 de maio de 2015, a Servidora da FUNAI Vivian Gladys, informa a CHTP da aprovação do orçamento, sendo naquela oportunidade acertada a data de 08 a 13 de junho de 2015, para realização do Seminário. No entanto, em 31 de maio de 2015, a CHTP recebeu através de e-mail, um Comunicado da Etnia Munduruku para cancelamento do seminário. Ato seguinte também recebeu um comunicado da Etnia Apiaká solicitando a alteração da data do Seminário em virtude da agenda cultural do povo, que em nenhum momento havia sido reportada a CHTP. Entretanto, no dia 06 de junho de 2015, a CHTP é comunicada da necessidade em realizar o cancelamento do Seminário também para o povo Kayabi, em virtude do falecimento do filho da liderança Taravy Kayabi naquela data, motivo esse de força maior.

Em virtude do decreto nº 8389, de 07/01/2015, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos federais, a apresentação dos projetos de infraestrutura nas aldeias também fora cancelado, sendo remarcado para maio de 2015 devido a necessidade da presença da arquiteta da Funai/Sede no acompanhamento da atividade.

Durante a apresentação dos projetos arquitetônicos nas aldeias Kayabi, Munduruku e Apiaká, os indígenas, mesmo depois de terem aprovados todos os projetos durante reunião do conselho gestor e CHTP em Alta Floresta e Colíder, decidiram fazer novas alterações nos mesmos, exceto os indígenas Munduruku da aldeia Teles Pires, que não fizeram ressalvas.

A remarcação na data de apresentação e alterações nas estruturas dos projetos causou um atraso significativo no início das construções.

A base e os equipamentos para atender ao Plano de Proteção e Integridade Territorial na terra indígena Kayabi foram adquiridos entre janeiro e março de 2015, faltando apenas a indicação do local pela FUNAI para a instalação da mesma.

A CHTP se posicionará no que tange as alterações solicitadas pelas etnias Kayabi e Apiaká, sendo que iniciarão tão logo concluída a toma de preço, as obras pela etnia Munduruku em sua aldeia polo, que ratificou a aprovação dos projetos sem ressalva.

As ações em infraestrutura do Programa de Proteção e Integridade Territorial, não foi possível ser instalada devido a falta de indicação da FUNAI pela mesma, conseqüentemente atrasando o início da contratação de mão de obra.

5 Programação para o Período Seguinte

- ✓ Início da construção da CTL Kayabi em Alta Floresta – MT;
- ✓ Início da construção da casa de apoio aos indígenas Munduruku, em Jacareacanga-PA;
- ✓ Início das construções na aldeia polo Munduruku;
- ✓ Análise das alterações solicitadas pelos indígenas nos projetos, por parte da CHTP;
- ✓ Duas campanhas de Monitoramentos dos Programas Limnológico e Qualidade da Água, Ictiofauna e Hidrossedimentológico, Atividades Minerárias e Terras Indígenas.
- ✓ Continuidade das ações previstas no Programa de Educação Ambiental e Programa de Interação e Comunicação Social conforme Plano de Trabalho;
- ✓ Continuidade das ações previstas no Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas;
- ✓ Realizar a contratação de empresa para executar do Programa de Valorização da Cultura Indígena e Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento, Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros e Programa de Apoio as Roças Tradicionais.
- ✓ Encontro com os lembradores e professores indígenas Apiaká, para investigação, criação e confecção de materiais didáticos (Programa de Valorização Cultural Indígena);
- ✓ Desenvolvimento do material didático (Programa de Valorização Cultural Indígena);
- ✓ Teste do material produzido, nas escolas e aldeias do povo Apiaká (Programa de Valorização Cultural Indígena);
- ✓ Apresentação dos resultados preliminares do trabalho desenvolvido (Programa de Valorização Cultural Indígena);
- ✓ Apresentação do relatório final com registros editados, impressos e em vídeo, e materiais didáticos para uso pelos indígenas Apiaká (Programa de Valorização Cultural Indígena);
- ✓ Realização do Curso de Marcenaria Básica com a comunidade indígena Kayabi entre os dias 20 e 25 de julho de 2015;
- ✓ Realização do Curso de Mecânica de Motor de Popa com os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku nos dias 28 e 29 de julho de 2015, na aldeia São Benedito – Etnia Kayabi;
- ✓ Realização do Curso de Encanador Residencial (Hidráulica Básica) com os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku nos dias 13 e 14 de agosto de 2015, em Alta Floresta - MT;

- ✓ Realização do Curso de Eletricista com os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku entre os dias 21 e 26 de setembro de 2015 em Alta Floresta - MT;
- ✓ Aquisição das Mini Marcenarias para os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku;
- ✓ Entrega das Balsas de 40T para os indígenas Apiaká e Munduruku.